



Boletim do Museu Paraense Emílio  
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

[boletim.humanas@museu-goeldi.br](mailto:boletim.humanas@museu-goeldi.br)

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Brasil

Martins Ribeiro, Maria das Graças

A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de  
Minas Gerais

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 4, núm. 3, septiembre  
-diciembre, 2009, pp. 453-463

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394034988007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**A USAID e o ensino agrônômico brasileiro:  
o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais**  
The USAID and the Brazilian agricultural teaching:  
the case of the Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

Maria das Graças Martins Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** A Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) foi criada em 1948, dando origem, mais tarde, à Universidade Federal de Viçosa (UFV). A instituição esteve envolvida em vários convênios de assistência técnica firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, os quais foram mediados pela United States Agency for International Development (USAID), a partir dos anos 1960. Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação desta agência na UREMG, tomando por base o exame de fontes primárias do acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV. Sob a orientação da USAID, a UREMG desempenhou papel relevante na modernização da agricultura brasileira, assim como serviu à estratégia do governo norte-americano de garantir controle sobre a produção de alimentos no Brasil. Do mesmo modo, contribuiu para aliviar tensões sociais no campo.

**Palavras-chave:** Educação superior. Ensino superior agrícola. United States Agency for International Development. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

**Abstract:** The Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) was created in 1948, becoming later the Universidade Federal de Viçosa (UFV). This institution has been involved in some agreements of technical assistance that were signed between Brazil and United States, which were mediated in the 1960's decade by the United States Agency for International Development (USAID). The aim of this work is to analyze the action of the USAID in UREMG basing on the exam of primaries sources from the Central and Historical Archive of UFV. Under the supervision of USAID, the UREMG has performed a significant role in the modernization of Brazilian agriculture as well it served to the strategy of the North-American government of guarantee the control over the production of food in Brazil. As the same way, UREMG has contributed for mitigating social tensions in rural areas.

**Keywords:** Higher education. Agricultural Higher Education. United States Agency for International Development. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Viçosa, Minas Gerais, Brasil (mariagr@ufv.br).

## INTRODUÇÃO

As ações da United States Agency for International Development (USAID) mais conhecidas em relação à educação superior brasileira dizem respeito aos convênios assinados entre essa organização e o Ministério da Educação (MEC), tendo em vista a assessoria no processo que resultou na reforma da universidade brasileira, no final dos anos 1960. Em muitas de nossas universidades, no entanto, a USAID teve forte presença desde o início dos anos 1960, patrocinando e orientando programas de assistência técnica. O presente trabalho analisa a presença da USAID em uma dessas instituições, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que deu origem à atual Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Para a realização da pesquisa, recorreu-se à escassa literatura sobre a presença da USAID na educação superior brasileira, privilegiando-se a leitura de Cunha (1989, 1988) e de Tavares (1980), em razão da rica base empírica apresentada no trabalho desses autores<sup>1</sup>. Do mesmo modo, recorreu-se a fontes primárias, tais como boletins, cartas, relatórios, atas de reunião e outros documentos localizados no Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH/UFV).

Vale notar que, embora existam referências à USAID na literatura sobre o ensino superior agrícola, as ações localizadas da agência nas diferentes universidades brasileiras, ao longo dos anos 1960, ainda não foram suficientemente estudadas. De todo modo, o trabalho de Capdeville (1991) oferece suporte à tentativa de compreensão dessas ações.

No que se refere à UREMG, as contribuições de Lima (1985) e Lopes (1995) para a compreensão dos programas de assistência técnica norte-americanos na instituição têm como recorte um período anterior ao aparecimento da USAID. O primeiro aborda a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), criada em 1948 como resultado de acordo firmado entre o governo mineiro e uma entidade filantrópica norte-americana, contemplando a UREMG

tangencialmente. O trabalho de Lopes tem como recorte a década de 1950, tratando da criação do curso superior de economia doméstica na UREMG e a importância que teve a Purdue University para a sua implementação.

Embora sua fundação date de 1948, a história da UREMG remete à década de 1920, quando foi criada, na Zona da Mata de Minas Gerais, a Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV). A instituição manteve, ao longo de sua trajetória, estreitas relações com os Estados Unidos, que se intensificaram a partir do pós-guerra, quando vários convênios de assistência técnica foram firmados. No período entre o início dos anos 1960 e o início da década seguinte, a USAID mediu estes convênios, deixando fortes marcas de sua presença na instituição.

## A USAID E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

As relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos remontam ao século XIX. Na virada para o século XX, este país já ameaçava a Inglaterra na sua condição de maior comprador de produtos primários brasileiros. A forte presença dos Estados Unidos em nossa economia também se expressava pelo predomínio das empresas norte-americanas entre as vinte e três sociedades anônimas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, em 1907 (Pinto, 1975).

No plano político, no mesmo período, o Brasil ia estreitando suas relações com os Estados Unidos. Segundo Moniz Bandeira (1998), entre o início dos anos 1910 até o início dos anos 1930, os dois países constituíram-se como grandes aliados, marchando a política externa brasileira no compasso das orientações de Washington. Não obstante a Revolução de 1930 ter enfraquecido tal aliança, ela foi retomada em 1940, quando os Estados Unidos, pretendendo afastar o Brasil da influência do Eixo, liberaram empréstimos ao governo brasileiro para a construção de uma siderúrgica. Naquele ano, um acordo

<sup>1</sup> O estudo mais conhecido sobre a presença da USAID no Brasil é o de Arapiraca (1982). Apesar de sua relevância, há no trabalho deste autor uma lacuna no que se refere às condições em que se deu a criação da Agência pelos Estados Unidos. Do mesmo modo, o estudo carece de base empírica em relação à atuação da USAID na educação superior brasileira.

criava a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, voltada para a defesa dos dois países.

A partir de 1944, com a iminente derrota dos alemães na guerra, o governo norte-americano rompeu sua aliança com Getúlio Vargas, o qual passou a ser considerado como um incômodo adversário, em razão de seu nacionalismo. Com a posse de Harry Truman na presidência dos Estados Unidos, em 1945, embora não haja propriamente uma redefinição na política externa norte-americana, o novo presidente lhe imprime maior conservadorismo.

Na verdade, com o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos deram início a uma disputa com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pela conquista de mercados e de áreas de influência estratégica, levando o mundo a viver, por mais de três décadas, a chamada Guerra Fria. Enquanto a União Soviética procurava garantir o controle da Europa Oriental e da Ásia, os norte-americanos procuravam assegurar sua influência sobre a Europa Ocidental, ao mesmo tempo em que foram ampliando a sua presença na América Latina. Desse modo, já em 1947, Truman lançava o Plano Marshall para a recuperação econômica europeia e, em 1949, o Ponto Quatro, um programa de ajuda técnica destinado às nações do Terceiro Mundo, particularmente às nações da América Latina, com a finalidade de mantê-las fora do alcance do comunismo. Nesta região, a política de Washington tinha em vista o controle da produção de bens primários para abastecer as necessidades da sociedade norte-americana, ao mesmo tempo em que garantia o controle de um mercado consumidor para seus bens manufaturados.

No Brasil, o Ponto Quatro teve forte repercussão. Em 1950, o governo brasileiro assinava com o norte-americano o Acordo Básico de Cooperação Técnica e, em 1953, o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais. Este resultou na criação do Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica, substituído, em 1959, pelo Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos, também destinado à coordenação dos projetos de

assistência técnica que envolviam Brasil e Estados Unidos (Tavares, 1980).

No início dos anos 1960, com o triunfo do socialismo em Cuba, recrudescceu a ofensiva norte-americana para o controle dos demais países da América Latina. Desse modo, em 1961, realizou-se, em Punta del Este, no Uruguai, uma conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual foi assinado o Tratado da Aliança para o Progresso.

Abordada tangencialmente pelos autores que estudam as relações entre o Brasil e os Estados Unidos no pós-guerra, a Aliança para o Progresso teria, segundo Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil nos anos 1960, o duplo objetivo do desenvolvimento econômico e do progresso social. Para Gordon (1962, p. 3), a Aliança se constituía, então, como um programa que pretendia “um fortalecimento de laços econômicos dentro da América Latina, por meio de zonas de comércio livre e mercados comuns e por meio de cooperação fortalecida na ciência, nas pesquisas e na educação especializada”.

O caráter imperialista da Aliança para o Progresso era denunciado pelos estudantes brasileiros nos anos 1960, os quais, segundo observações de Luiz Antônio Cunha, em seus estudos sobre a educação superior brasileira, adaptavam uma antiga canção do folclore para a crítica daquela entidade, cantando: “Nesta rua/ Nesta rua/ tem um posto/ Que se chama/ Que se chama/ Posto Esso/ Dentro dele/ Dentro dele/ tem um gringo/ Que é o dono/ Da Aliança/ Pro Progresso” (Cunha, 1989, p. 197).

Vale notar que, ainda em 1961, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Foreign Assistance Act, que reorganizou os programas norte-americanos de assistência, separando a ajuda militar das demais, e previu a criação de uma agência responsável pela administração daqueles programas na área econômica. Nascia, assim, a USAID, que também assumiria os programas de assistência para o desenvolvimento social.

A USAID estabeleceu sedes em vários países da América Latina, seguindo, em todos eles, um mesmo

organograma. No Brasil, ela seria implantada na cidade do Rio de Janeiro. No que se refere à atuação dessa agência no Brasil, há, na literatura acadêmica, uma grande lacuna. Com frequência, sua presença é associada ao regime autoritário e, mais particularmente, à reforma universitária de 1968.

Na verdade, conforme observa Tavares (1980, p. 14), com o golpe militar, os norte-americanos “conquistariam posições sólidas em toda a administração pública federal, principalmente através do Ministério do Planejamento, irradiando daí a sua influência por todo o país”, fazendo da USAID, segundo o autor, “o instrumento diplomático, por excelência, da infiltração imperialista” (Tavares, 1980, p. 16).

Para Tavares (1980, p. 37), “o primeiro esforço sistemático de influência da USAID no ensino superior brasileiro” data do ano de 1963. O autor destaca três grandes acordos que foram assinados a partir de então entre a agência e o MEC: o primeiro, cujo início era previsto para junho de 1965, jamais foi executado e consistia em um convênio que visava “promover meios que assegurem o assessoramento à Diretoria do Ensino Superior do MEC, em estudos relacionados com a expansão” e, ainda, o assessoramento para o atendimento “às crescentes demandas do setor”; o segundo, cujo início data de junho de 1966, era um acordo para a modernização administrativa das universidades, visando economia e eficiência operacional das mesmas; e o terceiro acordo, também de 1966 e não executado, previa “um levantamento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em todo o país” (Tavares, 1980, p. 38).

Luiz Antônio Cunha aborda os mesmos acordos também tomando o ano de 1963 como um marco das ações da USAID na educação superior. Segundo ele, foi no início deste ano que “um grupo de quatro consultores norte-americanos” desembarcou no Brasil, contratados pela USAID, tendo como objetivo descobrir maneiras para “adequar a assistência ao ensino superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especificamente voltado para o ensino superior, como já havia para outras áreas”. Segundo o autor,

o grupo tinha em vista as preocupações da USAID em tratar o ensino superior como “elemento da formação de recursos humanos” que se constituíssem “como meios para o aumento da produção industrial e da produção agrícola” (Cunha, 1988, p. 168). Apesar da visita dos consultores ter sido interrompida pelo golpe militar em abril de 1964, estes “produziram um denso relatório que passou a ser conhecido como Gardner Report, devido ao nome do mais alto dirigente da USAID no Brasil” (Cunha, 1988, p. 168).

Segundo Cunha, como desdobramento do trabalho dos consultores contratados pela USAID, em junho de 1965, foi firmado um convênio entre a agência e a Diretoria do Ensino Superior do MEC. O convênio, cuja ênfase estava na expansão e melhoria do sistema de ensino superior, previa o planejamento geral do sistema com base na criação de uma equipe formada por cinco educadores brasileiros e cinco assessores norte-americanos contratados pela USAID. Com dificuldades na composição do lado brasileiro, a equipe não chegou a concluir seus trabalhos (Cunha, 1988).

Em maio de 1967, novo convênio entre o MEC e a USAID era firmado, compondo-se nova Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), constituída por quatro brasileiros que trabalhariam com quatro consultores norte-americanos contratados pela USAID. O convênio foi cancelado pela agência um ano antes da data prevista para o seu término, em razão das fortes resistências, principalmente dos estudantes, contra as ações da USAID junto ao MEC (Cunha, 1988).

Afora os acordos mais abrangentes, como aqueles antes mencionados, houve uma série de convênios mediante os quais a USAID desenvolveu ações localizadas em algumas instituições de educação superior brasileiras. Entre estas, a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a USAID promoveu assistência técnica e financeira aos cursos de pós-graduação em Economia, encampando acordo anteriormente existente entre a instituição e a University of Southern California. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica foi outra instituição

beneficiada pela agência, que assumiu o convênio firmado nos anos 1950 com o Massachusetts Institute of Technology e passou a pagar as despesas de professores norte-americanos que ali trabalhavam. A Universidade do Ceará também teve pesquisas financiadas pela USAID, a qual promoveu a cooperação com a University of California, de Los Angeles (Cunha, 1988, 1989; Tavares, 1980). Já a Universidade de São Paulo recebeu apoio para o seu curso de pós-graduação em Economia e para o Instituto de Energia Atômica, que “foi contemplado com recursos financeiros e consultores para desenvolver cursos de pós-graduação em campos relacionados com problemas econômicos de energia nuclear e de rejeitos radioativos” (Cunha, 1988, p. 173).

Várias outras instituições receberam, entre os anos 1960 e 1970, o apoio da USAID para a dinamização de seus cursos. O ensino superior agrícola foi uma das áreas privilegiadas e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais uma das instituições mais beneficiadas.

### A UREMGE E OS CONVÊNIOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A UREMGE teve a sua origem na antiga ESAV, criada por Arthur Bernardes, ainda à frente do governo mineiro, no início dos anos 1920. Para coordenar o projeto de criação e implementação da Escola, Bernardes contratou Peter Henry Rolfs, um especialista norte-americano em assuntos agrícolas, que permaneceu naquele estado por mais de uma década.

Tendo como objetivos “o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária” e a realização de “estudos experimentais” que concorressem para o desenvolvimento da economia mineira, a ESAV deu início ao seu curso de agronomia em 1928, um ano após o início das aulas em seus cursos elementar e médio. Em 1929, tinha início o seu curso de medicina veterinária<sup>2</sup>.

Rolfs, ex-aluno do Iowa State College e ex-diretor do Florida Agricultural College, planejou a Escola nos

moldes dos *land-grant colleges*, escolas superiores agrícolas criadas em meados do século XIX no oeste e meio-oeste dos Estados Unidos, de onde trouxe alguns dos professores que por alguns anos atuavam naquela instituição (Ribeiro, 2006).

A adoção do modelo norte-americano de educação logo fez da ESAV uma referência no ensino agrícola. A escola recebia, então, como visitantes os mais ilustres educadores do período, além de autoridades estrangeiras, curiosas em conhecer a sua experiência.

A despeito do prestígio adquirido, a ESAV sofreu sérios revezes em razão das disputas entre lideranças políticas mineiras, no cenário configurado com a Revolução de 1930. Somente a partir de meados dos anos 1940, a situação de crise começa a ser superada, o que ocorreu definitivamente com a transformação da escola em universidade rural (Ribeiro *et al.*, 2008). Essa transformação teve seu marco legal na Lei Estadual n. 272, assinada em 13 de novembro de 1948. Segundo esta, a UREMGE seria constituída pelas seguintes unidades: Escola Superior de Agricultura da antiga ESAV; Escola Superior de Veterinária; Escola Superior de Ciências Domésticas e, ainda, a Escola de Especialização; o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão (Ribeiro, 2007). Os Estatutos da UREMGE, aprovados em maio de 1950, estabeleciam o seu compromisso de desenvolver de forma conjugada suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, dando grande ênfase à extensão rural.

A transformação da ESAV em UREMGE coincidiu com a assinatura de um convênio de assistência técnica entre o governo mineiro e a American International Association for Economic and Social Development (AIA), entidade filantrópica coordenada por Nelson Rockefeller. O início da execução desse convênio, que teve como pano de fundo a implementação de um plano de modernização da agricultura de Minas Gerais, implicou o

<sup>2</sup> Os objetivos da instituição foram definidos no artigo 4º da Lei Estadual n. 761, de 06 de setembro de 1920.

envolvimento da UREMG nas atividades da ACAR, criada no âmbito do convênio<sup>3</sup>.

A ACAR deveria oferecer crédito supervisionado e assistência técnica a pequenos agricultores, contando com um “programa geral de Extensão agrícola e Educação” e, ainda, um “Serviço de Economia Doméstica” para visitas domiciliares, organização de clubes de moças e senhoras e criação de Centros Educativos Rurais<sup>4</sup>. Para garantir a realização deste programa, a ação da UREMG foi de importância crucial, tendo contado com a cooperação da Purdue University. Na verdade, a cooperação entre a UREMG e a Purdue University foi possível graças a um acordo firmado, em junho de 1951, entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o embaixador norte-americano. Entre outras atividades, este acordo previa a cooperação entre o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e a UREMG para estabelecer, em Minas Gerais, um programa de extensão rural e economia doméstica. O Institute of Inter-American Affairs (IIAA) intermediou tal cooperação envolvendo a Purdue University. Desse modo, em fevereiro de 1952, dois especialistas de Purdue chegavam a Viçosa para atuar naquele programa<sup>5</sup>.

Anita Dickson, uma especialista em economia doméstica, viera com a responsabilidade de organizar e dirigir a Escola Superior de Ciências Domésticas e ainda apoiar a UREMG na organização de um curso prático intensivo em economia doméstica, com duração de um ano. Dickson permaneceu em Viçosa até 1956 (Lopes, 1995). Orlando Winks, especialista em extensão rural, trabalharia nas atividades de extensão rural na UREMG

durante dois anos. Após o afastamento de Dickson, o curso superior de economia doméstica, primeiro deste tipo no Brasil, foi dirigido por Coradel Hamilton, outra norte-americana que até 1961 permaneceria na direção<sup>6</sup>.

Em 1958, a Purdue University enviaria à UREMG doze especialistas em agronomia e economia doméstica para apoiar a universidade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão<sup>7</sup>.

A UREMG também esteve envolvida em acordo firmado, em julho de 1953, entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a Missão de Operações dos Estados Unidos. Este programa deu origem ao Technical Office of Agriculture ou Escritório Técnico de Agricultura (ETA), que coordenou projetos na área de educação e pesquisas agrícolas, tendo, segundo Fonseca (1985), papel relevante na história da extensão rural brasileira, imprimindo-lhe um caráter educativo, com seus programas que difundiam a crença em alternativas comunitárias de auto-ajuda, ao mesmo tempo em que tinham em vista a mudança da mentalidade do homem do campo face às exigências postas pelo processo de modernização da agricultura.

A UREMG esteve envolvida em vários dos projetos do ETA. Em meados da década de 1950, o seu Serviço de Extensão empenhava-se na divulgação e criação de Cooperativas de Consumo e de Produção em Minas Gerais, seguindo as orientações daquela entidade. Em 1954, a Universidade ofereceria um curso curto para Demonstradores de Agentes Domésticos da ACAR, outro para mulheres religiosas e outro para pastores. Em 1957, a UREMG foi envolvida em um convênio oficializado pela

<sup>3</sup> A ACAR inspiraria a criação de entidades congêneres em outros estados, dando origem à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), hoje, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

<sup>4</sup> ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ACAR). Relatório das Atividades da ACAR em Minas Gerais desde o início até 30 de setembro de 1951, p. 4, 5.

<sup>5</sup> BARBER, Fred W. “The Origin and Development of Brazil's Cooperative Agricultural Extension Service”. USAID Mission to Brazil. Office of Agriculture and Rural Development. May, 1965.

<sup>6</sup> Sobre a história do curso de economia doméstica na UREMG, há o trabalho de Lopes (1995). A autora não contempla, no entanto, as articulações que envolveram a implementação deste curso com as diferentes organizações norte-americanas que atuavam em Minas Gerais e seus projetos mais amplos.

<sup>7</sup> BARBER, Fred W. “The Origin and Development of Brazil's Cooperative Agricultural Extension Service”. USAID Mission to Brazil. Office of Agriculture and Rural Development. May, 1965.



Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), juntamente com o ETA. O Projeto 39, como ficou conhecido tal convênio, levaria à criação, em 1958, de um Centro de Ensino de Extensão, no *campus* da UREMG (Ribeiro, 2007).

Na verdade, como observa Mendonça (2008), nos anos 1950, a ação do ETA privilegiava a extensão rural, oferecendo apoio ao trabalho das associações de crédito e assistência rural, no sentido de promover, entre trabalhadores do campo, o espírito comunitário e o movimento associativista. O Centro de Ensino de Extensão da UREMG teve papel destacado nesta ação, ministrando vários cursos de extensão, economia doméstica e crédito supervisionado aos agentes daquelas associações vindos de diferentes estados (Lima, 1985).

Ainda no bojo dos acordos, cujas atividades eram coordenadas pelo ETA, a cooperação entre a UREMG e a Purdue University recebia reforços com a assinatura do Projeto 55, em 1958. Seu objetivo era, conforme transcrição de parte deste projeto em relatório da missão da USAID no Brasil, em 1965, formalizar a participação do ETA na execução de:

(...) um programa para fazer uso dos recursos das Partes Contratantes com sede na UREMG, em Viçosa, estado de Minas Gerais, a fim de fortalecer o ensino secundário e o ensino primário no Brasil, nos campos da agricultura, pecuária e economia doméstica, de modo a promover o desenvolvimento de pesquisa agrícola nas escolas e em outras instituições de pesquisa, levando assistência para a criação de um serviço de informação agrícola para a população rural, e desenvolver uma filosofia do tipo "Land Grant College" que melhorará a integração entre os três campos de educação agrícola, pesquisa e extensão<sup>8</sup>.

Vale notar, como observa Tavares (1980), que não existiam convênios e acordos firmados diretamente com a USAID na parte relativa ao ensino superior agrícola. A partir de 1962, no entanto, a assistência técnica de universidades

norte-americanas a universidades brasileiras, nesta área, contou com a coordenação da agência tanto em novos programas como naqueles que estavam em andamento.

## IMPACTOS DAS AÇÕES DA USAID NA UREMG E SUAS REPERCUSSÕES

A 'porta de entrada' para a USAID na UREMG foi, inegavelmente, o convênio que envolveu a Purdue University. Como observa Edson Potsch Magalhães (2000, p. 69), ex-aluno e ex-reitor da instituição, em artigo memorialista:

Inquestionavelmente, uma das fases mais auspiciosas da história da UREMG foi a da inestimável colaboração da Universidade Purdue, intermediária entre a Agência para o Desenvolvimento Internacional do Governo Norte-Americano – USAID, e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, que se estendeu de 1952 a 1973.

Do mesmo modo, Guy Capdeville (1991, p. 86) chama atenção para o "surto de desenvolvimento" vivido pela instituição no final da década de 1950, graças aos recursos advindos não só do estado de Minas Gerais, mas também graças ao aporte da Purdue University. Segundo o autor, os recursos proporcionados pelo envolvimento da instituição com a USAID garantiram-lhe, posteriormente, um intenso processo de modernização. Capdeville aponta a criação do Instituto de Economia Rural como marco deste processo, no bojo do qual se estabeleceram as condições para a criação, em 1961, dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* "nos moldes do 'Master of Science' norte-americano" na UREMG.

Na verdade, antes mesmo da criação da USAID, o ETA já vinha promovendo o intercâmbio entre professores e técnicos de universidades brasileiras e norte-americanas, contribuindo para a formação de massa crítica para atuação na pesquisa e na pós-graduação na área de ciências agrárias. Como afirma o próprio Capdeville (1991, p. 96),

<sup>8</sup> BARBER, Fred W. "The Origin and Development of Brazil's Cooperative Agricultural Extension Service". USAID Mission to Brazil. Office of Agriculture and Rural Development. May, 1965, p. 174. Tradução da autora.



o Projeto 55 do ETA, que proporcionou o envio de vários professores da UREMG à Purdue University para cursos de mestrado e doutorado, previa “a instalação, em Viçosa, de uma ‘escola-piloto’ de estudos pós-graduados”. Em 1961, concretizava-se o propósito do ETA com a criação do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* na UREMG, o curso de mestrado em Fitotecnia. No ano seguinte, era inaugurado o curso de mestrado em Economia Rural. Ambos foram os primeiros cursos do gênero no Brasil.

Também como resultado do impulso recebido com os convênios de assistência técnica mediados pela USAID, a UREMG inaugurou, em 1962, o curso de mestrado em Nutrição Animal e Pastagem, o primeiro na América do Sul, e, em 1967, o curso de mestrado em Extensão Rural.

É interessante notar que a experiência da UREMG com o Projeto 55 serviu como paradigma de convênios firmados com o apoio da USAID, a partir de 1963, entre outras instituições brasileiras na área do ensino superior agrícola e universidades norte-americanas; nesse caso, estiveram a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo, e a Escola Superior de Agronomia e Veterinária, da Universidade do Rio Grande do Sul (Cunha, 1989).

O convênio da ESALQ com o Ohio State College foi assinado, em 1963, após o empenho de seu diretor junto a autoridades do governo paulista e do Ministério da Agricultura, no sentido de buscarem a assistência norte-americana para a instituição. Como resultado do convênio, a ESALQ dava início, em 1964, a cursos de mestrado “nas áreas de Estatística e Experimentação Agrônômica, Fitopatologia, Genética e Melhoramento de Plantas e Solos e Nutrição de Plantas”. Viabilizaram a implementação destes cursos os aportes oferecidos pela USAID (Capdeville, 1991, p. 98).

A Escola Superior de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo convênio com a Wisconsin University também foi

firmado em 1963, iniciou seus cursos de pós-graduação em Agronomia, em 1965, e em Veterinária, em 1969 (Capdeville, 1991).

Vale notar que, assim como a UREMG, a UFRGS contou, na década de 1950, com a assistência técnica oferecida por entidades norte-americanas, especialmente a Fundação Rockefeller. Nesta instituição, no entanto, a prioridade foi dada ao ensino de Geologia. A partir do início dos anos 1960, a USAID passou a administrar os recursos advindos dos programas de assistência para a instituição, deslocando a prioridade para a área de Ciências Agrárias (Jacobs, 2004).

Chamando a atenção para a expansão da pós-graduação brasileira, durante a década de 1960, Capdeville (1991) destaca o peso da área de Ciências Agrárias neste processo, observando que “a área de ciências agrárias acompanhou, se não comandou, esse ritmo de expansão e fortalecimento da pós-graduação” (Spagnolo Castro *apud* Capdeville, 1991, p. 120).

A UREMG certamente foi peça fundamental na dinamização do ensino de pós-graduação na área de Ciências Agrárias. Pioneira na pós-graduação, a UREMG, sob os auspícios da USAID, também teve papel destacado nas atividades de pesquisa e extensão. Nesta última atividade, o seu Centro de Ensino de Extensão tornou-se referência nacional.

Muitas das atividades de pesquisa e extensão ligadas ao projeto da UREMG com Purdue eram noticiadas em breves relatórios – os *Reports* – editados pela UREMG nos anos 1960. Na parte inferior da primeira página destes documentos estava impresso: “um projeto da Aliança para o Progresso em cooperação com a Purdue University, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e a United States Agency for International Development”<sup>9</sup>.

Em um dos *Reports*, noticiava-se a presença, em Viçosa, de antigos chefes do Projeto Purdue-Brazil: Roy D. Bronson, coordenador do projeto em 1964; Cliff

<sup>9</sup> Reports. Purdue-Brazil Project. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.

Spies, em 1965; e Bob F. Jones, coordenador no ano de 1967. Os dois primeiros eram técnicos em solo, o último, especialista em economia agrícola. O boletim noticiava a realização de demonstrações com soja pelos técnicos de Purdue no *campus* da UREMG, exaltando as virtudes do produto. Informava, ainda, que, não obstante a ausência da produção comercial de soja em Minas Gerais, testes haviam demonstrado a adaptação de algumas variedades em solo mineiro com base em experiências desenvolvidas em programas de cooperação entre a UREMG e a ACAR, com financiamento da USAID<sup>10</sup>.

Um boletim posterior informava sobre demonstrações em torno do plantio de soja, realizadas em março de 1968, em diversas regiões do estado de Minas Gerais, para “um total de 177 fazendeiros, vendedores de fertilizantes, banqueiros, operadores de moinhos de óleo e outros”<sup>11</sup>. A notícia indicava, ainda, que “parecia que a produção comercial de soja poderia estar começando em várias regiões” de Minas Gerais graças à distribuição de sementes pela UREMG<sup>12</sup>.

Não por acaso, a UREMG teve papel destacado no cultivo de soja no cerrado brasileiro, sendo pioneira nos estudos sobre a soja transgênica no Brasil, contribuindo de forma significativa para a chamada revolução verde, na década de 1970. Atuando na disseminação do cultivo de soja no país, a instituição oferecia a contrapartida a um dos principais objetivos dos convênios de assistência técnica coordenados pela USAID, o aumento da produção alimentícia no Brasil<sup>13</sup>.

Retomando os boletins, em outro deles, era noticiado que, no início de 1968, 39 voluntários do Peace Corps, que, então, atuavam junto à população rural de pequenas comunidades localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso, e que tentavam organizar clubes agrícolas, recebiam treinamento técnico no *campus* da UREMG. Para os rapazes, o treinamento incluía

demonstrações práticas sobre agricultura, horticultura e silvicultura, e para as voluntárias, demonstrações práticas sobre preparação e conservação de alimentos e o ensino de corte e costura. Em ambos os casos, as atividades eram coordenadas por professores da UREMG e por professores da Purdue University<sup>14</sup>.

O Peace Corps era uma agência governamental norte-americana, criada em 1961, constituída, como o nome indica, por jovens voluntários dos Estados Unidos que assumiam como missão o combate à “ameaça comunista” nos países do Terceiro Mundo (Moniz Bandeira, 2005). No Brasil, o Peace Corps teve atuação significativa nas décadas de 1960 e 1970. Os jovens voluntários apresentavam-se, então, a comunidades do meio rural brasileiro como portadores do progresso, irradiando os valores e ideais da sociedade norte-americana, ao mesmo tempo em que contribuíam para aliviar as tensões sociais entre a população miserável do campo.

Vale notar que, além dos *Reports*, foram localizados no ACH/UFV outros documentos, principalmente cartas, contendo informações sobre o envolvimento da UREMG com os programas da USAID. Quase todos esses documentos trazem impresso, no alto da primeira página, à direita, as duas mãos entrelaçadas que constituíam o símbolo da Aliança para o Progresso, o que se explica pela articulação entre a Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP) e os programas patrocinados pela USAID.

Na verdade, a COCAP fora criada pelo governo brasileiro em 1961, subordinando-se ao Ministério do Planejamento e ficando “encarregada de representar o governo brasileiro junto ao governo norte-americano, em assuntos relacionados com a assistência financeira”. Em 1965, outra organização ligada à Aliança para o Progresso foi criada, o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP), que tratava de suprir, com recursos financeiros

<sup>10</sup> Reports. Purdue-Brazil Project. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG, nov.-dez., 1967. ACH/UFV.

<sup>11</sup> Reports. Purdue-Brazil Project. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG, 30-04-1968, p. 2. ACH/UFV.

<sup>12</sup> Reports. Purdue-Brazil Project. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG, 30-04-1968, p. 2. ACH/UFV.

<sup>13</sup> Sobre o aumento da produção agrícola brasileira como um dos objetivos da USAID, ver Tavares (1980).

<sup>14</sup> Reports. Purdue-Brazil Project. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG, 29-02-1968. ACH/UFV.

para custeio e investimento, os programas de assistência técnica (Tavares, 1980, p. 8).

A contribuição da UREMG para o êxito dos programas norte-americanos previstos para o Brasil foi reconhecida por Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no país, em meados dos anos 1960, quando esteve envolvido nas conspirações que derrubaram o governo democrático do presidente João Goulart. Segundo o embaixador,

(...) Minas tem sido área especialmente frutífera para a cooperação entre o Brasil e meu próprio país, nos esforços por estimular o desenvolvimento econômico e social mais rápido. Esses esforços foram precursores da Aliança Para o Progresso (...). Penso em casos como a Associação de Crédito Agrícola e Rural, primeira organização no Brasil, no campo da extensão agrícola e do crédito supervisionado (Gordon, 1962, p. 66).

Gordon (1962, p. 66) observa, ainda, que “estritamente relacionado com a obra da ACAR esteve a cooperação (...) entre a universidade rural de Viçosa” e a Purdue University<sup>15</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1960 constituíram um período de fortes tensões políticas, sociais e ideológicas em toda a América Latina. A USAID mostrou-se, no mesmo período, como um dos principais canais de atuação dos dirigentes norte-americanos para reafirmar a sua hegemonia na região. No Brasil, a educação superior configurou-se como um setor privilegiado por aquela agência para a difusão dos ideais norte-americanos e a garantia da tradicional aliança com os Estados Unidos.

Privilegiando a área do ensino agrícola, a USAID teve atuação significativa na UREMG. As experiências realizadas nesta universidade, no bojo dos programas de assistência técnica, se tornaram, em alguns casos, paradigma para os convênios estabelecidos entre aquela agência e outras instituições. Exemplar é o caso dos cursos

de pós-graduação na área de Ciências Agrárias. Pioneira nesta área, a UREMG tornar-se-ia modelo para os cursos que seriam posteriormente criados.

Do mesmo modo, sob os auspícios da USAID, a UREMG foi pioneira nas pesquisas sobre hibridização da semente de soja, tendo, ainda, consolidado o seu trabalho de extensão rural, tornando-se referência nacional nesta área.

Orientadas pela agência norte-americana, as atividades de ensino, pesquisa e extensão na UREMG contribuíram significativamente para assegurar ao Brasil a condição de região produtora de alimentos e matérias primas para os Estados Unidos, assim como para atenuar as tensões sociais no campo. Contribuíram, ainda, para o êxito da estratégia do governo norte-americano de manter o Brasil como forte aliado no contexto da Guerra Fria.

## REFERÊNCIAS

- ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira**. São Paulo: Editora Autores Associados/Cortez Editora, 1982.
- CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Imprensa Universitária, 1991.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1989.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.
- FONSECA, Maria Tereza. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- GORDON, Lincoln. **O progresso pela aliança**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.
- JACOBS, Camila. **A participação da United States Agency for International Development (USAID) na reforma da universidade brasileira na década de 1960**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- LIMA, Antônio L. **Da ACAR à EMATER-MG: análise crítica da dinâmica de um sistema de extensão**. 1985. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1985.

<sup>15</sup> Não há na literatura e nas outras fontes consultadas indícios de resistência à atuação da USAID em Viçosa. No que se refere ao movimento estudantil na UREMG, o único estudo realizado sobre o tema não contempla a questão (Silva, 2003).

LOPES, Maria de Fátima. **O sorriso da paineira**. Construção de gênero em universidade rural. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MAGALHÃES, Edson Potsch. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Fatos históricos. In: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo; MAGALHÃES, Edson Postch. **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa: Editora UFV, 2000. p. 64-83.

MENDONÇA, Sônia Regina. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Sergipe. **Anais...** Sergipe: SBHE, 2008. p. 1-14.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Relações Brasil-EUA no contexto da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, C. Guilherme (Org). **Brasil em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 126-145.

RIBEIRO, Maria das Graças Martins. Educação superior e cooperação internacional: o caso da UREMG (1948-1969). **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, n. 25, p. 50-63, jan/jun. 2007.

RIBEIRO, Maria das Graças Martins. Caubóis e caipiras. *Os land-grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **História da Educação**, n. 19, p. 105-119, abr. 2006.

RIBEIRO, Maria das Graças Martins; SILVA, Mírian Porfírio; GOMES, M. Carmem. **A presença norte-americana na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) - 1926-1948**. Relatório de Pesquisa. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa/Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, 2008.

SILVA, Fabrício Valentim. **Rebeldes ou conformistas? Os estudantes da UREMG e suas reivindicações**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

TAVARES, José Nilo. Educação e imperialismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, n. 7, p. 5-52, 1980.

Recebido: 22/04/2009

Aprovado: 16/11/2009